

CEBRI

PROGRAMA DE
GEOPOLÍTICA

**KONRAD
ADENAUER
STIFTUNG**

INSERÇÃO DO BRASIL
NA GEOPOLÍTICA GLOBAL

BRASIL E ESTADOS UNIDOS NA ERA TRUMP 2.0

O Retorno ao Radar Diplomático





PROGRAMA DE
GEOPOLÍTICA



INSERÇÃO DO BRASIL
NA GEOPOLÍTICA GLOBAL

BRASIL E ESTADOS UNIDOS NA ERA TRUMP 2.0

O Retorno ao Radar Diplomático

Ariane Costa

Diretora Adjunta do Programa de Geopolítica
e Comércio Internacional do Centro Brasileiro
de Relações Internacionais

Rubens Ricupero

Conselheiro Emérito do Centro Brasileiro
de Relações Internacionais

Julho, 2025

AUTORIA

Ariane Costa

Rubens Ricupero

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Matias Spektor

REVISÃO DE CONTEÚDO

Gelson Fonseca Jr.

Feliciano Guimarães

REVISÃO TÉCNICA E MAPA CONCEITUAL

Julia Soares

DESIGN GRÁFICO

Guilherme Bussinger

As opiniões externadas nessa
publicação são de exclusiva
responsabilidade de seus autores.

Sumário

- 06 Apresentação
- 09 Prefácio
- 12 Sumário Executivo
- 13 Contexto das Relações
Bilaterais Brasil-EUA
- 18 Desafios da Relação
Bilateral
- 23 Recomendações
Estratégicas para a
Política Externa Brasileira
- 31 Bibliografia
- 33 Biografias

Apresentação

Em um cenário internacional marcado pela complexidade e fragmentação, no qual tensões entre grandes potências, disputas tecnológicas e crises econômicas coexistem de maneira entrelaçada, países emergentes como o Brasil ocupam uma posição de destaque na construção de pontes e busca de estabilidade. Contudo, antes das pontes é necessário compreender quais os interesses nacionais devem ser priorizados nessa interlocução com parceiros. Esses interesses são identificados através de uma série de diálogos que contribuem para a depuração de propostas e interesses setoriais.

O Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) ocupa um lugar privilegiado para favorecer esses diálogos, um papel que vem desempenhando desde sua fundação, em 1998, por um grupo diversificado de diplomatas, intelectuais e empresários brasileiros interessados em temas de política externa brasileira e política internacional.

Ao longo desses mais de 25 anos, o CEBRI consolidou-se como um dos principais espaços de diálogo plural e qualificado sobre a inserção internacional do Brasil. Seu papel como fomentador do debate entre a sociedade civil, o setor privado, a academia e setores do governo é estratégico no fortalecimento da posição brasileira no mundo.

Em 2025, o CEBRI consolidou seus 14 Núcleos Temáticos em cinco Programas, como uma forma de favorecer a visão integrada sobre a multiplicidade de temas da agenda internacional. O programa de Geopolítica é o que melhor exemplifica essa visão articulada das agendas internacionais e que dialoga intensamente com os outros programas temáticos, cada um representando áreas que são, ao mesmo de tempo, inescapáveis da agenda contemporânea e de interesse estratégico para o Brasil: Transição Energética, Transição Climática e Sustentabilidade, Tecnologia e Transformação Digital e Comércio Internacional.

Dentro dessa nova estrutura institucional, o Programa de Geopolítica assume novas responsabilidades ao dedicar-se a analisar os rearranjos da ordem global, especialmente em um contexto marcado por múltiplas crises globais. É nesse ambiente de transformação e desafios que se insere o projeto “Inserção do Brasil na Geopolítica Global”, realizado em parceria com a Fundação Konrad Adenauer - parceira histórica do CEBRI na consolidação do seu posicionamento como produtor de conteúdo qualificado sobre os desafios globais e comprometido com uma inserção internacional calibrada com os interesses nacionais.

O projeto identificou três eixos prioritários para a inserção do Brasil na geopolítica global:

(i) Estratégias Brasileiras diante da Reconfiguração do Comércio Global: com um enfoque direcionado para as disputas tarifárias que estão forçando negociações comerciais e redesenhando o mapa do multilateralismo comercial. O objetivo é contribuir para a consolidação de uma política comercial proativa, equilibrando interesses internos com oportunidades externas;

(ii) Relações Brasil–EUA sob Trump 2.0: considerando o peso dos Estados Unidos na economia e na política global e sua relação histórica com o Brasil, o retorno de Donald Trump à presidência redefiniu prioridades diplomáticas, exigindo atenção redobrada e elevada capacidade de adaptação por parte do governo brasileiro;

(iii) Reflexões sobre a Presidência Brasileira no BRICS: bloco símbolo do novo multilateralismo, em 2025, primeiro ano da sua configuração ampliada, conta com a presidência brasileira em momento de grande polarização geopolítica e disputa entre áreas de influência. A presidência brasileira este ano representa oportunidade de protagonizar debates sobre governança global, mudanças climáticas e cooperação Sul-Sul.

Os *policy papers*, resultantes desse projeto, representam conteúdos e perspectivas debatidos em reuniões restritas com atores da rede CEBRI engajados nos debates específicos sobre os temas. Nesses encontros, especialistas, formuladores de políticas públicas, representantes de *think tanks* e do setor privado discutiram cenários e eventos que influenciam

a inserção internacional brasileira alinhada aos interesses de longo prazo do país. De forma transversal, o tema das relações Brasil–Europa esteve presente em todas as reuniões restritas do projeto, refletindo a relevância estratégica da parceria euro-brasileira em um momento de redefinição de alianças e agendas globais.

A produção de conhecimento estratégico, sintetizando diferentes perspectivas em diálogo, é uma metodologia muito efetiva para enfrentar os dilemas e identificar as oportunidades que emergem de um mundo em reconfiguração. Dessa forma, o projeto “Inserção do Brasil na Geopolítica Global” representa uma iniciativa que articula conhecimento, diálogo e parcerias para ajudar o Brasil a navegar pelas complexas dinâmicas internacionais, visando influenciar positivamente para que o país ocupe um lugar de relevância nas transformações globais em curso.

Ariane Costa

Diretora Adjunta do Programa de Geopolítica e Comércio Internacional

Prefácio

A construção de um posicionamento estratégico sólido torna-se essencial para o Brasil, em um contexto internacional marcado pela crescente fragmentação e desafios geopolíticos complexos. A Fundação Konrad Adenauer, comprometida com a promoção da democracia, do Estado de Direito e da ordem internacional baseada em regras, atua de modo a contribuir na criação de espaços de diálogo qualificado, análise geopolítica e debates sobre a formulação de políticas públicas.

Presente atualmente em mais de cem países, a Fundação Konrad Adenauer atua no Brasil desde 1969. Por meio do apoio a iniciativas que fomentam o pensamento estratégico e a cooperação internacional, a Fundação busca fortalecer a capacidade de adaptação dos países a um cenário global em constante transformação. É nesse contexto que se insere o projeto “Inserção do Brasil na Geopolítica Global” que visa contribuir com a política externa brasileira e a consolidação do Brasil como um ator relevante nas discussões globais.

O CEBRI, ao longo de seus mais de 25 anos de existência, consolidou-se como um dos principais espaços de debate estratégico sobre a inserção internacional do Brasil. A Fundação Konrad Adenauer compartilha dessa missão e vê este projeto como uma oportunidade de fortalecer a reflexão sobre temas geopolíticos cruciais para o futuro do país. O CEBRI e a KAS Brasil possuem uma parceria de longa data, sobretudo em projetos, iniciativas, publicações e eventos relacionados com os principais temas das relações internacionais. Há mais de duas décadas, compartilhamos o compromisso com a produção e a divulgação de conhecimento em alto nível, de forma ampla e acessível.

Não obstante, o fortalecimento das relações Brasil–Europa emerge como um tema transversal a este projeto, destacando a relevância estratégica da parceria euro-brasileira na redefinição de alianças globais. A Fundação Konrad Adenauer reconhece que a cooperação entre Brasil

e União Europeia é essencial para consolidar valores democráticos, promover o comércio internacional e fomentar o desenvolvimento sustentável. Diante de um cenário geopolítico marcado por mudanças significativas e desafios transnacionais, essa parceria assume um papel determinante na construção de soluções compartilhadas e na ampliação das oportunidades de colaboração em áreas como inovação, segurança energética e governança climática. A fundação, por meio do incentivo ao diálogo e ao intercâmbio de ideias, busca fortalecer a sinergia entre Brasil e Europa, promovendo uma inserção internacional pautada na estabilidade, no multilateralismo e no respeito aos princípios democráticos.

Por meio deste projeto, a Fundação Konrad Adenauer e o CEBRI reforçam a importância do conhecimento estratégico e da articulação de parcerias para que o Brasil possa exercer um papel ativo e relevante nas transformações globais em curso.

Maximilian Hedrich

Diretor da Fundação Konrad Adenauer no Brasil



Sumário Executivo¹

Brasil e Estados Unidos atravessam atualmente um dos momentos mais delicados na sua história de relações diplomáticas de mais de dois séculos. O período recente tem sido marcado por choques diplomáticos, declarações públicas e ameaças de medidas comerciais. Pela segunda vez este ano², o Encarregado de Negócios da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil foi oficialmente convocado para prestar esclarecimentos – um gesto diplomático que ilustra a gravidade das tensões entre as duas maiores democracias do hemisfério ocidental.

O ponto de agravamento ocorreu em julho, quando o presidente norte-americano acusou o Judiciário brasileiro de perseguição política contra o ex-mandatário Jair Bolsonaro e de censura judicial contra redes sociais americanas. Sob a justificativa equivocada de corrigir o inexistente déficit comercial, anunciou unilateralmente a imposição de uma tarifa punitiva de 50% sobre as exportações brasileiras com entrada em vigor a partir de 1º de agosto.

Este paper reavalia as dinâmicas bilaterais do primeiro semestre de Trump, à luz dos últimos eventos, atualizando o diagnóstico e as recomendações sobre possíveis ações brasileiras. A análise se estrutura em quatro partes: i) contexto recente das relações bilaterais, evidenciando o afastamento gradual entre os dois países, ii) análise do uso de tarifas comerciais como instrumento geopolítico, iii) mapeamento dos principais desafios da relação bilateral, e iv) recomendações políticas diante do cenário atual.

Diante do agravamento das tensões, este paper desenha como principais recomendações que o Brasil mantenha ativos múltiplos canais diplomáticos com reforço da diplomacia subnacional; utilize a Lei de Reciprocidade como instrumento legal; fortaleça uma coalizão empresarial pró-estabilidade; avalie o uso estratégico de serviços e da propriedade intelectual como ferramentas eventuais de negociação; e amplie suas relações estratégicas com a Europa e a Ásia.

1. **Nota de advertência:** O relacionamento entre Brasil e Estados Unidos atravessa um momento de alta instabilidade e imprevisibilidade, sujeito a deteriorações abruptas. Decisões do Supremo Tribunal Federal, especialmente em temas como regulação de plataformas digitais, podem desencadear reações adversas por parte do governo americano – em especial se alimentadas por pressões de grupos da extrema direita brasileira. Essa fluidez deve ser levada em conta na leitura e interpretação desta análise. Quase a cada dia novos desenvolvimentos como o mais recente – o início de investigação de acordo com a Seção 301 da legislação comercial americana – podem abrir perspectivas novas.

2. Em janeiro de 2025, o Itamaraty convocou o encarregado de negócios dos Estados Unidos, Gabriel Escobar, para prestar esclarecimentos sobre o tratamento de brasileiros deportados

Contexto das Relações Bilaterais Brasil - Estados Unidos

Historicamente marcadas pela transição entre ciclos de maior proximidade e de maior afastamento, as relações entre Washington e Brasília têm passado por fases de vácuos diplomáticos, antagonismos ideológicos e visões incompatíveis sobre o multilateralismo. Desde o governo Obama (2009-2016), a relação não registrou iniciativas construtivas inéditas, atingindo novo patamar de tensão durante os primeiros meses do segundo governo Trump, iniciado em 2025, enquanto manteve-se inexpressiva sob a administração Biden (2021-2024).

Ao longo dos seis primeiros meses de Trump, não houve diálogo direto em nível presidencial com Lula³. Não se chegou a tentar viabilizar um encontro desse nível em razão dos riscos ponderáveis, decorrentes sobretudo da manifesta incompatibilidade entre os dois dirigentes e do imprevisível comportamento de Trump⁴. Apesar disso, Brasília buscou manter seus canais de interlocução desobstruídos, a partir do MRE, inclusive por meio de contatos diplomáticos sobre comércio em março de 2025 e com foco maior no Vice-Presidente e Ministro Geraldo Alckmin, especialmente após o aumento das tensões.

Em Brasília, as informações de bastidores indicam que os esforços brasileiros no âmbito das negociações comerciais, por parte da Secretaria de Assuntos Econômicos e Financeiros do MRE, e da embaixada do Brasil em Washington, encontraram interlocutores qualificados nos órgãos téc-

3. Nesse contexto, chama atenção o contraste entre o Brasil e outros poderes grandes e médios no sistema internacional – como China, Rússia, União Europeia, Japão, Índia, Canadá, México e Argentina – que já estabeleceram contatos diretos de alto nível – em geral, presidencial – com o novo mandatário norte-americano, seja via encontros presenciais, ligações telefônicas ou tratativas diplomáticas.

4. Diante dos episódios constrangedores enfrentados por líderes da Ucrânia e da África do Sul em visitas oficiais à Casa Branca neste primeiro semestre, recomenda-se extrema cautela na consideração de um encontro presidencial bilateral. Sem garantias de respeito mútuo e de obediência a padrões mínimos de comportamento diplomático, tal iniciativa pode ser contraproducente e comprometer a imagem e os objetivos do Brasil no cenário internacional.



Ao longo dos seis primeiros meses de Trump, não houve diálogo direto em nível presidencial com Lula. Não se chegou a tentar viabilizar um encontro desse nível em razão dos riscos ponderáveis, decorrentes sobretudo da manifesta incompatibilidade entre os dois dirigentes e do imprevisível comportamento de Trump.”

nicos dos Estados Unidos, como o USTR. No entanto, subsiste a percepção de que esses interlocutores dispõem de influência limitada sobre os principais centros de decisão da Casa Branca, especialmente sobre um presidente extremamente personalista, o que tem representado um obstáculo à efetividade do diálogo bilateral.

Esse cenário evidencia, da parte da Casa Branca, uma postura de iniciativa unilateral que restringe o escopo da atuação diplomática tradicional em favor de decisões altamente centralizadas na figura de Trump. Tal dinâmica compromete a previsibilidade e a continuidade dos engajamentos bilaterais, gerando incertezas para o Brasil, além de demais parceiros e aliados.

O Brasil navegava, até junho, distante do radar norte-americano. Predominava a escassa referência ao país nos discursos públicos. As poucas menções ocorreram em contextos específicos, geralmente relacionado a questões tarifárias⁵. A baixa prioridade atribuída à relação bilateral também se refletiu institucionalmente. Passados seis meses do governo Trump, não houve a designação oficial de novo embaixador para o Brasil⁶. A manutenção desse vácuo diplomático sinaliza um descompasso entre os dois países e limita o espaço para iniciativas estruturadas de cooperação.

Em julho, o Brasil voltou a figurar no radar diplomático dos Estados Unidos de forma negativa. No dia 7, houve menções em redes sociais que configuraram clara ingerência em assuntos políticos internos brasileiros. Em 9 de julho, Trump enviou a Lula - via canais extraoficiais - mensagem pela qual, após considerações de ingerência na política interna, nas instituições e poderes constitucionais do Brasil, anunciava a imposição de tarifa de 50% aos produtos brasileiros.

5. Em 20 de janeiro, Trump classificou o Brasil como um dos “grandes criadores de tarifas” (*tremendous tariff-makers*), junto com China e Índia. Em 4 de março, Trump criticou o Brasil alegando tarifas comerciais injustas sobre produtos americanos. Por fim, em 25 de abril, reiterou as críticas, afirmando que “esses países [Brasil, China e Índia] ficam ricos às custas das tarifas de importação aos produtos americanos” (Time, 2025).

6. Desde 21 de janeiro, a missão diplomática norte-americana em Brasília está sob a liderança de Gabriel Escobar, que atua como encarregado de negócios após a saída da embaixadora Elizabeth Bagley.

No dia 15, a abertura de investigação sobre supostas “práticas comerciais desleais” com base na Seção 301 da Lei de Comércio reforçou o receio de que, no caso brasileiro, existam motivações mais profundas do que as aparentes. Na prática, a Seção 301 funciona como um mecanismo unilateral que - fora de qualquer controle imparcial como o dos processos da OMC - permite ao USTR se arrogar à posição de acusador e juiz em causa própria. Um precedente relevante de aplicação dessa medida foi a investigação comercial aberta contra a China, que serviu de base para tarifas impostas naquele contexto.

Uma possível explicação para a escolha dessa ferramenta legal no caso brasileiro é que ela tenha sido uma resposta indireta às publicações de Paul Krugman, que questionou a autoridade legal do presidente americano para impor tarifas por razões políticas. Essas críticas podem ter alertado os assessores da Casa Branca sobre a fragilidade jurídica da medida inicial, levando-os a buscar na Seção 301 uma justificativa formal para as ações adotadas.



O Brasil navegava, até junho, distante do radar norte-americano. Predominava a escassa referência ao país nos discursos públicos. As poucas menções ocorreram em contextos específicos, geralmente relacionado a questões tarifárias.”

Tarifas como Instrumento Geopolítico

As movimentações do primeiro semestre revelam a aceleração de diretrizes protecionistas por parte do poder executivo norte-americano, com destaque para o uso de tarifas como instrumento geopolítico, o enfraquecimento do multilateralismo comercial e o distanciamento de aliados históricos como Europa, México e Canadá.

A imposição de tarifas recíprocas contra mais de 90 países em 2 de abril, com intensificação da guerra comercial com China, Canadá, México e União Europeia e, em uma segunda leva de países, em julho, com destaque para o Brasil, que sofreu a tarifa mais elevada⁷, configura uma política comercial volátil, orientada pela lógica de confronto. Para Brasília, esse novo ambiente compromete a previsibilidade de investimentos e gera dificuldades inéditas em matéria de mercados de exportação.

7. Em julho, Trump anunciou novas tarifas contra Canadá (35%), México (30%), União Europeia (30%), Japão (25%) e Coreia do Sul (25%), com início em 1 de agosto.

Embora o discurso trumpista mencione a reciprocidade como princípio orientador para a política tarifária⁸, esse conceito se mostra na prática secundário frente aos objetivos de contenção estratégica do crescimento de países rivais, China, em especial, além de pressão política em temas de interesses particulares do presidente. Nesse cenário, Washington tem demonstrado disposição para tensionar pilares centrais do sistema multilateral de comércio, do qual o Brasil é historicamente defensor e beneficiário.

As tensões comerciais, deflagradas unilateralmente e em caráter imperial por parte dos Estados Unidos, tendem a provocar dois efeitos principais. No plano internacional, ao adotar medidas unilaterais e hostis, Washington torna natural uma maior aproximação do Brasil com a China — não por afinidade ideológica, mas como parte de uma estratégia de hedging⁹ diante da imprevisibilidade da relação com os Estados Unidos. Esse movimento busca garantir maior margem de manobra diplomática e reduzir riscos decorrentes da excessiva exposição a um único polo de poder. Nesse contexto, é significativo que a China tenha sido o único país a emitir declaração de apoio ao Brasil no momento de anúncio das tarifas norte-americanas.

Em segundo lugar, no plano doméstico, a crise tende a fortalecer eleitoralmente o presidente Lula, cujo nível de aprovação vinha caindo há meses — em junho, registrava 47,3%. Após a carta de Trump e o anúncio da tarifa, a aprovação subiu para 49,7%, o maior índice de 2025 até o momento¹⁰. A agressiva iniciativa de Trump reforça a narrativa acionada por Lula no sentido de defesa da soberania nacional — um ativo político de amplo apelo popular no Brasil.



As tensões comerciais, deflagradas unilateralmente e em caráter imperial por parte dos Estados Unidos, tendem a provocar dois efeitos principais. No plano internacional, ao adotar medidas unilaterais e hostis, Washington cria incentivos adicionais para o Brasil aprofundar seus laços com a China. No plano doméstico, a crise tende a fortalecer eleitoralmente o presidente Lula.”

8. Esse discurso afirma que a elevação de tarifas tem os seguintes objetivos: i) redução do déficit comercial; ii) repatriação de indústrias do setor manufatureiro; iii) geração de recursos financeiros destinados a abater a dívida pública, iv) servir de arma para negociação de acordos vantajosos.

9. Nas relações internacionais, o hedging é uma estratégia de política externa em que um Estado tenta mitigar os riscos e maximizar a flexibilidade ao se envolver em uma combinação de ações cooperativas e de resistência com diferentes potências, muitas vezes evitando um alinhamento claro com qualquer uma delas.

10. ATLASINTEL; BLOOMBERG. Pesquisa Atlas/Bloomberg – Tarifas de Trump sobre o Brasil. São Paulo: AtlasIntel, 15 jul. 2025. 52 p.

Já Bolsonaro e seus aliados, embora tenham, de início, comemorado o gesto de Trump, correm o risco de serem responsabilizados por desencadear uma ação estrangeira contra o Brasil. Diante da rejeição histórica da sociedade brasileira a qualquer sinal de ingerência externa em assuntos internos, o setor bolsonarista já evidencia divisões acerca do episódio. Alguns, como o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, tentam conter o desgaste por meio de gestos como o encontro com o Encarregado de Negócios da embaixada dos Estados Unidos, ao passo que Eduardo Bolsonaro insiste em usar as sanções como instrumento de pressão em favor da anistia a Bolsonaro.

Apesar das repercussões políticas e diplomáticas, é possível, à luz de antecedentes, que a tarifa anunciada não venha a ser efetivamente implementada. Os Estados Unidos acumulam um superávit de US\$ 410 bilhões no comércio com o Brasil nos últimos 15 anos¹¹. Se aplicada, a medida inviabilizaria a maior parte da exportação brasileira aos norte-americanos, produzindo igualmente efeitos negativos para o setor privado americano conforme assinalado pela Amcham e a US Chamber¹². Nesse sentido, espera-se que a ameaça se insira no padrão já conhecido da estratégia de blefe diplomático adotada por Trump – um recurso de “trade harassment” para obter concessões, mais do que uma iniciativa com intenção real de aplicação duradoura.



Apesar das repercussões políticas e diplomáticas, é possível, à luz de antecedentes, que a tarifa anunciada não venha a ser efetivamente implementada. [...] Espera-se que a ameaça se insira no padrão já conhecido da estratégia de blefe diplomático adotada por Trump - um recurso de “trade harassment” para obter concessões.”

11. BRASIL. Presidência da República. *Nota à imprensa*. Brasília, DF, 9 jul. 2025.

12. Em nota divulgada em 15/07/25, a Amcham Brasil e a U.S. Chamber of Commerce alertaram para os impactos negativos das medidas sobre as cadeias produtivas e os consumidores norte-americanos, destacando que mais de 6.500 empresas seriam diretamente afetadas.

Desafios da Relação Bilateral

1 Antagonismos ideológicos no cenário internacional

O atual cenário geopolítico, marcado pela superação de arranjos unipolares e bipolares, além da crescente dispersão de poder, é caracterizado pela intensificação da polarização e da radicalização ideológica – tanto no plano internacional quanto no doméstico. Esse contexto impõe novos desafios às relações exteriores, dificultando a construção de consensos e elevando os custos de uma postura de equidistância estratégica.

A administração Trump conduz sua política externa com base em alinhamentos políticos pessoais em detrimento do interesse nacional ou políticas de Estado duradouras. Nesse contexto, a busca por um parceiro-chave na região sul-americana favorece Buenos Aires como interlocutor preferencial. A Argentina de Javier Milei apresenta-se como alinhado aos interesses geopolíticos imediatos do governo Trump, caracterizando o retorno das relações carnais¹³ da década de 1990.

Mesmo o exemplo da Argentina possui valor limitado, pois, a volatilidade da personalidade de Trump não possibilita conclusões definitivas, como se tem visto com os países que, em um ou outro momento, pareciam haver logrado concluir negociações com os Estados Unidos apenas para serem surpreendidos depois com a reabertura de imposição de tarifas unilaterais. Essa dinâmica evidencia os desafios brasileiros para manter a estabilidade e a continuidade em suas relações bilaterais diante de uma política externa norte-americana altamente personalizada e volátil.

13. A expressão “*relações carnais*” foi utilizada pelo então chanceler argentino Guido Di Tella nos anos 1990 para descrever o alinhamento estreito e incondicional da política externa da Argentina com os Estados Unidos durante o governo de Carlos Menem. A formulação, de forte carga simbólica, buscava enfatizar a prioridade estratégica dada ao relacionamento bilateral com Washington, mesmo à custa de certa perda de autonomia diplomática. Desde então, o termo passou a ser usado de forma crítica para designar alinhamentos automáticos.

2

Antagonismos ideológicos no cenário doméstico

No plano interno, as conexões ideológicas entre setores da oposição brasileira — especialmente integrantes do Partido Liberal (PL) e da família Bolsonaro — e figuras da política norte-americana têm potencializado articulações destinadas a influenciar decisões internas no Brasil. Com as eleições gerais de 2026 se aproximando, a tensão nas relações bilaterais não tende a se dissipar, pois a polarização política deve se intensificar, alimentando um ambiente de conflito e interferências mútuas.

A declaração do presidente americano em 9 de julho aprofundou esse quadro. Ao impor tarifas com o pretexto de defender publicamente o rival político do atual mandatário brasileiro e criticar o poder judiciário de um país soberano, Trump ultrapassou um limite grave nas relações internacionais. Não é a primeira vez que Trump politiza o uso de tarifas: medidas tarifárias foram aplicadas contra o México, vinculadas à contenção da imigração; contra o Canadá, sob o argumento de segurança nacional; e até contra a Colômbia, como retaliação à recusa em receber deportados dos Estados Unidos¹⁴.

Vale destacar a importância de análises futuras sobre a originalidade dos motivos subjacentes a essa recente e súbita ênfase no Brasil, especialmente considerando o fator especificamente brasileiro, que configura um caso singular em que a ameaça tarifária está diretamente vinculada a questões políticas e de soberania, como a suposta “perseguição” a Bolsonaro e decisões do STF relacionadas ao conteúdo nas redes sociais.

Esse episódio evidenciou o potencial de contaminação política nas relações bilaterais, elevando os riscos para o ambiente diplomático e gerando repercussões diretas no cenário político interno brasileiro, com potencial de duração até as eleições gerais de 2026.

14. COUNCIL ON FOREIGN RELATIONS. *Trump levels trade threat at Brazil*. Publicado em 10 jul. 2025. Disponível em: www.cfr.org/article/trump-levels-trade-threat-brazil.

3 **Perspectivas incompatíveis sobre o multilateralismo**

Ao pontuar que Trump “não quer se ver limitado nem por pessoas, nem por normas”¹⁵, Lafer evidencia uma mudança significativa na política externa dos Estados Unidos desde o primeiro mandato de Trump (2017-2021) até o seu retorno em janeiro.

Desde os primeiros meses do governo Trump, tornou-se evidente um recuo substancial no compromisso com o multilateralismo, acompanhado por uma crescente inclinação ao isolacionismo nas questões globais. A retirada de Washington da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Acordo de Paris ilustra de forma emblemática esse reposicionamento, enfraquecendo os mecanismos de governança internacional e comprometendo a capacidade coletiva de articulação.

Adicionalmente, o veto sistemático à nomeação de juízes para o Órgão de Apelação da Organização Mundial do Comércio (OMC), iniciado ainda no governo Obama (2009–2017) e intensificado durante o governo Trump, levou à paralisação do sistema de solução de controvérsias da organização. Essa situação aprofunda o esvaziamento da OMC e põe em xeque os princípios de um sistema internacional baseado em regras — do qual o Brasil tem sido, historicamente, defensor e beneficiário

Por último, a provável ausência de enviados da Casa Branca à COP-30 tende a limitar o alcance e a efetividade das negociações no combate às mudanças climáticas. Caberá ao Brasil — anfitrião da conferência —, em articulação com parceiros estratégicos desempenhar um papel ativo na contenção de retrocessos, assegurando a credibilidade do regime climático internacional. Nesse contexto, reafirmar o compromisso com o multilateralismo não é apenas uma questão de coerência diplomática, mas uma necessidade estratégica.

4 **Participação do Brasil no BRICS**

Em curto prazo, e do ponto de vista da política multilateral, a participação destacada do Brasil no BRICS sob a presidência rotativa constitui o tema

15. CNN. Celso Lafer: Trump não quer se ver limitado, nem por pessoas nem por normas: ex-ministro das Relações Exteriores analisa o rompimento do presidente americano com a ordem comercial global das últimas décadas após a implantação do tarifaço de importações. CNN Brasil, 07 abr. 2025.

de maior potencial de agravamento na deterioração das relações com Washington e, em grau menor, também com Bruxelas.

O Brasil se vê diante de duas narrativas concorrentes sobre o BRICS. A primeira destaca as assimetrias internas do bloco, composto por duas potências nucleares com ambições globais e membros do Conselho de Segurança – Rússia e China – e demais países com capacidade econômica ou estratégica inferior. Nesse cenário, ganha força a percepção de uma disparidade de poder que abre margem para instrumentalização política do grupo, por parte da China, principalmente, e também da Rússia. Em razão da presença destacada de ambos, é difícil negar o potencial anti-Ocidente do grupo.

A segunda narrativa enxerga o grupamento como um bloco crucial na agenda de reforma da governança global, respondendo à necessidade de tornar as instituições internacionais mais representativas com democratização e inclusão do Sul Geopolítico. Neste cenário, o objetivo é contribuir para pautar a agenda com temas sensíveis aos países emergentes, sendo esta a origem temática dos BRICS em 2009 e o motivo fundamental para a adesão brasileira.

Com uma declaração final com críticas às tarifas de Trump, condenação aos ataques dos Estados Unidos ao Irã, e em defesa da regulação da Inteligência Artificial (IA), as relações com Washington sofreram impactos claramente negativos.

O mapa conceitual a seguir organiza os principais vetores do afastamento entre Brasil e Estados Unidos em cinco eixos centrais: i) no campo diplomático, observa-se a ausência de representação no mais alto nível no Brasil; ii) no plano ideológico, sobressai a ausência de interlocução presidencial e a priorização de alianças baseadas em afinidades políticas; iii) no eixo comercial, predominam ações protecionistas, além das imprevisibilidades tarifárias e regulatórias; iv) no âmbito multilateral, destacam-se os projetos conflitantes, em especial no que se refere à governança do comércio e à agenda climática; v) por último, nas estratégias de política externa de ambos os países predomina o alto grau de divergência das agendas climática, comercial e de regulação digital.

MAPA CONCEITUAL

Principais variáveis e indicadores de afastamento entre Brasil e Estados Unidos



Recomendações Estratégicas para a Política Externa Brasileira

Diante de um cenário internacional marcado pela reconfiguração de prioridades estratégicas dos Estados Unidos e pela crescente pressão de atores domésticos ideologicamente alinhados à direita norte-americana, o Brasil se vê compelido a repensar sua atuação diplomática de forma pragmática e preventiva. A possibilidade de tensões bilaterais crescentes até as eleições de 2026 exige que o Brasil articule respostas estratégicas, combinando gestão de riscos, defesa do multilateralismo e diversificação de parcerias.

As recomendações a seguir visam orientar uma atuação diplomática que seja resiliente, coordenada e voltada aos interesses brasileiros em um contexto de instabilidade e incerteza nas relações com os Estados Unidos.

Gestão de crise e manutenção de múltiplos canais diplomáticos, com reforço da diplomacia subnacional

Diante da deterioração das relações bilaterais, é imprescindível que o Brasil mantenha uma política externa ativa, voltada para a contenção de danos. Isso passa pela manutenção de canais diplomáticos abertos e diversificados, especialmente nos níveis ministerial, legislativo, subnacional e por meio do setor privado. A mobilização do setor privado, em ambos os países, mas em especial, do lado norte-americano, pode ser decisiva para a construção de posições conjuntas que reforcem a diplomacia econômica brasileira e ampliem a interlocução com atores influentes nos Estados Unidos¹⁶.

16. A tomada de posição da American Chamber of Commerce, juntamente com a Amcham (Câmara de Comércio Brasileiro-Americana), em 15/07/25, confirma o potencial construtivo dessa opção proativa do setor privado de ambos os países.

É importante destacar que, em uma relação comercial desequilibrada a favor dos Estados Unidos ao longo dos últimos 15 anos, uma eventual redução drástica do intercâmbio provocada pelo “tarifaço” tende a afetar mais diretamente os interesses exportadores norte-americanos do que os brasileiros — ainda que a maior dimensão da economia dos Estados Unidos permita uma diluição mais fácil dos prejuízos. O Brasil é atualmente o 15º principal parceiro comercial dos Estados Unidos, enquanto os Estados Unidos ocupam a 2ª posição entre os principais parceiros comerciais do Brasil¹⁷, o que evidencia a assimetria de dependência na relação bilateral.

Paralelamente, é essencial fortalecer a diplomacia subnacional, focando em estados estratégicos como Califórnia, na região da Nova Inglaterra e nos Estados americanos nos quais estão implantadas empresas brasileiras, juntamente com lideranças políticas e empresariais que apresentam maior alinhamento com pautas progressistas e abertura ao comércio internacional, além de mais sensíveis às causas ambientais. Esse engajamento deve ocorrer de forma articulada com o aprofundamento das relações com o setor privado norte-americano, cuja influência sobre a Casa Branca permanece significativa, devendo ser pautado pela racionalidade em detrimento da polarização política.

Recurso à Lei da Reciprocidade

A recente Lei da Reciprocidade Econômica, de iniciativa do Senado e aprovada pelo Congresso Nacional em 2 de abril, representa um avanço importante ao estabelecer critérios de proporcionalidade para a adoção de medidas em resposta a barreiras impostas a produtos e interesses brasileiros. A regulamentação da lei, publicada em 15 de julho, conferiu ao governo melhores condições institucionais para acionar tais mecanismos de forma coordenada¹⁸.

Reciprocidade não significa adotar uma lógica de “olho por olho”. O Brasil não está obrigado a reagir de forma automática nem no campo nem nos termos definidos pelo interlocutor. Diante da ameaça do “tarifaço” de

17. U.S. CENSUS BUREAU; U.S. BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS. U.S. International Trade in Goods and Services, May 2025. Release Number: CB25-102, BEA 25-28. Washington, D.C., 3 jul. 2025.

18. <https://www12.senado.leg.br/radio/1/noticia/2025/07/15/governo-regulamenta-lei-da-reciprocidade-com-atuacao-conjunta-entre-ministerios>

50%, o governo deve considerar a ampla gama de interesses econômicos norte-americanos que podem, legitimamente, ser objeto de pressão como instrumento de negociação.

Os Estados Unidos mantêm com o Brasil não apenas um superávit expressivo na balança comercial de bens, mas também saldos significativos em setores como serviços, telecomunicações, entretenimento, plataformas de streaming e pagamentos de royalties. Nenhuma dessas áreas deve ser descartada como potencial instrumento de pressão ou barganha nas tratativas com Washington. Um precedente relevante foi estabelecido pelo Canadá, que, em determinado momento, optou por impor tributos sobre serviços digitais prestados por grandes multinacionais norte-americanas.

Uso da propriedade intelectual como instrumento de barganha

O Brasil deve avaliar o uso estratégico de medidas legítimas previstas no sistema multilateral de comércio para fortalecer sua posição nas negociações. Uma dessas medidas é a suspensão seletiva da proteção de propriedade intelectual, especialmente em setores de serviços e produtos de alto valor agregado vinculados a empresas americanas.

Essa prática pode funcionar como forma de pressão para obter concessões em temas cruciais para os interesses brasileiros, sem, contudo, romper os canais institucionais de diálogo e cooperação. Esse tipo de ação encontra respaldo em precedentes históricos, como o contencioso do algodão de 2009, em que o Brasil utilizou com sucesso instrumentos da OMC para calibrar desequilíbrios comerciais diante dos subsídios americanos.

No caso atual, a aplicação dessa estratégia exige cautela e calibragem precisa, de modo a evitar escaladas que possam gerar retaliações ou prejudicar o ambiente de negócios. Assim, a suspensão seletiva da proteção de propriedade intelectual deve ser apenas cogitada como *ultima ratio*, algo a ser considerado somente em último caso e sobretudo acenada como um instrumento de barganha, servindo para reforçar a capacidade negociadora do Brasil, especialmente para os setores mais vulneráveis, como celulose, café, petróleo e suco de laranja.

Coalizão empresarial pró-estabilidade

Fortalecer a articulação direta com a Câmara Americana de Comércio para o Brasil (AMCHAM Brasil) e mobilizar o setor privado nacional e multinacional para formar uma coalizão empresarial pró-estabilidade. Dados atualizados sobre o comércio devem ser utilizados para sustentar argumentos pragmáticos, especialmente no setor siderúrgico, no qual o Brasil é o segundo maior fornecedor de aço para os Estados Unidos. O tipo de aço exportado – semiacabado – não compete com a indústria norte-americana, mas a complementa. Além disso, o processo produtivo é interdependente: o Brasil importa carvão dos Estados Unidos para produzir o aço que, por sua vez, é exportado para as indústrias norte-americanas.

Esse encadeamento reforça o argumento de que tarifas sobre o aço brasileiro não apenas impactam negativamente o Brasil, mas também prejudicam a eficiência da própria indústria norte-americana. Há precedentes relevantes que podem ser mobilizados: no primeiro mandato de Trump, o Brasil negociou cotas de exportação. Mais recentemente, os Estados Unidos indicaram disposição para conceder cotas diferenciadas ao Reino Unido, o que pode servir de base para um novo arranjo bilateral.

O mesmo raciocínio se aplica a outros setores. Um exemplo é a Embraer – uma das empresas brasileiras mais estratégicas e diretamente afetada pelo ‘tarifaço’. A companhia importa dos Estados Unidos cerca de 56% dos componentes utilizados em suas aeronaves¹⁹. Caso suas vendas ao mercado dos Estados Unidos sejam comprometidas, toda a cadeia produtiva binacional seria impactada negativamente.

Se a racionalidade econômica prevalecer em Washington, há espaço real para reverter ou mitigar medidas protecionistas. Nesse contexto, a atuação coordenada do setor privado pode ser decisiva para influenciar o processo decisório norte-americano, especialmente sob uma administração sensível às pressões empresariais, como a de Trump.

19. UNITED STATES DEPARTMENT OF COMMERCE. *Aerospace and Defense Market Resource Guide: Brazil*. Trade.gov, 2025.

Fortalecimento das relações com a Europa

Aprofundar as relações com a Europa deve ser uma prioridade estratégica de um Brasil que defende um sistema internacional multilateral, democrático e baseado em regras.

O recente Acordo de Livre Comércio entre MERCOSUL e EFTA amplia significativamente o acesso preferencial do Brasil a mercados de alto poder aquisitivo. Junto ao Acordo MERCOSUL-União Europeia, finalizado em 2024, o Brasil passa a contar com instrumentos robustos para consolidar seu espaço econômico no continente europeu, reduzindo a dependência de Washington e Pequim.

Com a eliminação de tarifas sobre 99% das exportações brasileiras para a EFTA — incluindo setores estratégicos como carnes, milho, café, frutas, melão de cana, etanol e aço — o Brasil tem a oportunidade de diversificar seus fluxos comerciais e agregar valor às suas exportações, ao mesmo tempo em que impulsiona seu PIB e atrai investimentos. Esse movimento deve ser acompanhado por uma diplomacia econômica ativa, voltada para o estreitamento de laços em áreas como transição energética, governança climática e inovação tecnológica.

Além disso, o acordo MERCOSUL-EFTA inova ao introduzir condicionantes sustentáveis, como o uso de energia limpa para a prestação de serviços digitais, e resguarda a autonomia brasileira em áreas sensíveis como saúde pública, propriedade intelectual e compras governamentais. Isso demonstra que é possível firmar compromissos comerciais ambiciosos sem renunciar a margens legítimas de formulação de políticas públicas.

Construção de coalizão para a defesa do multilateralismo

Diante dos desafios crescentes ao sistema multilateral, o Brasil tem a oportunidade de assumir posição proativa estratégica para favorecer uma frente em defesa do multilateralismo. Essa frente poderia congrega países com perfis econômicos ou políticos similares, como União Europeia, Canadá, México, Indonésia, África do Sul e Índia, que compartilham o interesse em preservar um sistema global baseado em regras, diálogo e co-

operação. A participação ativa do Brasil no G20 e na OMC é fundamental para essa iniciativa, já que esses fóruns são plataformas essenciais para a definição de agendas multilaterais.

A Missão Permanente do Brasil em Genebra, sede da OMC, deve intensificar seus esforços para coordenar posições conjuntas e promover propostas concretas que visem à reforma e ao fortalecimento da instituição. Um dos pontos centrais dessa atuação seria o apoio firme do restabelecimento pleno do Órgão de Apelação, essencial para a resolução eficaz de disputas comerciais internacionais. Paralelamente, a delegação brasileira no G20 pode atuar como catalisadora, mobilizando aliados para a defesa de princípios como previsibilidade, transparência e respeito às normas internacionais.

Por último, levando em conta o apoio público manifestado pela China ao Brasil no momento da divulgação da carta de Trump, seria igualmente recomendável conduzir gestões diplomáticas reservadas junto a outros países que também tenham sido alvo do mesmo tipo de unilateralismo por parte dos Estados Unidos. O objetivo seria avaliar a viabilidade de ações coordenadas, dentro ou fora dos marcos institucionais multilaterais, com vistas a reforçar a legitimidade e a eficácia da resposta internacional.

Nesse contexto, é significativo, que o respeitado colunista do Financial Times, Tom Wolfe, chegou a propor na sua coluna - *"Trump's focus on the goods of the past is ridiculous. What matters is competitiveness in the future"*²⁰ - que haja uma retaliação coordenada contra os Estados Unidos.

Diversificação do relacionamento com a Ásia ampliada

A Ásia desponta como a principal área dinâmica de crescimento econômico no mundo, concentrando boa parte da expansão da demanda global nas próximas décadas. Para fortalecer sua inserção internacional e mitigar vulnerabilidades comerciais, o Brasil deve aprofundar e diversificar estrategicamente sua aproximação com a região, superando o foco tradicional excessivamente centrado na China.

20. WOLFE, Tom. Trump's focus on the goods of the past is ridiculous. What matters is competitiveness in the future. Financial Times, Londres, 16 jul. 2025. Disponível em: <https://www.ft.com>.

Esse esforço de ampliação envolve o fortalecimento das relações com países-chave como Índia, Japão, Coreia do Sul e os membros da ASEAN²¹ – mercados com elevado potencial de crescimento e significativa complementaridade com a pauta exportadora brasileira. Uma estratégia asiática mais abrangente pode ampliar oportunidades comerciais, atrair investimentos e reforçar a presença do Brasil em cadeias regionais de valor.

Além do incremento comercial, essa estratégia deve ser acompanhada pelo desenvolvimento de parcerias multilaterais e bilaterais que abrangem áreas como tecnologia, inovação, energia sustentável e infraestrutura, promovendo intercâmbios que fortaleçam a competitividade do Brasil. Países como Japão e Coreia do Sul, com avanços tecnológicos significativos, e a dinâmica e diversidade econômica dos países da ASEAN, oferecem oportunidades para cooperação em setores estratégicos e para atração de investimentos.

Gestão estratégica da narrativa internacional sobre segurança

Diante da crescente atenção dos Estados Unidos de Trump às organizações criminosas brasileiras e à agenda de segurança hemisférica, o Brasil deve adotar uma estratégia proativa de diplomacia preventiva para evitar sua associação a uma imagem de país-foco em ameaças transnacionais.

É fundamental articular, por meio dos canais diplomáticos e em fóruns multilaterais, a distinção entre políticas legítimas de combate ao crime e tentativas de enquadramento que comprometam a soberania nacional. O Itamaraty, em coordenação com os Ministérios da Justiça, da Defesa e com a Coordenação-Geral de Combate a Ilícitos Transnacionais (CO-CIT), deve monitorar e responder a movimentos legislativos e diplomáticos – tanto nos Estados Unidos quanto em instâncias internacionais – que busquem classificar grupos como o PCC e o Comando Vermelho como organizações terroristas, o que pode abrir precedentes indesejados e comprometer a condução autônoma da política brasileira de segurança pública.

21. Associação de Nações do Sudeste Asiático.

Ao mesmo tempo, o Brasil deve reforçar sua imagem como colaborador responsável no enfrentamento de crimes transnacionais, promovendo iniciativas de cooperação regional e ações coordenadas no âmbito da UNODC (United Nations Office on Drugs and Crime) e da Organização dos Estados Americanos (OEA), com ênfase na prevenção, inteligência e no desenvolvimento social como pilares da segurança sustentável.

Advertência Final

Dadas as características da gestão de Donald Trump e sua tendência a manter interlocutores em constante instabilidade e imprevisibilidade, o máximo a se esperar nas negociações com seu governo é um cenário de “negociação permanente”. Ou seja, é improvável que se alcance um acordo definitivo que resolva todas as pendências e elimine incertezas até o fim do mandato. Embora ideal, o mais viável parece ser o adiamento indefinido das tarifas extremas anunciadas, aceitando-se uma tarifa moderada de cerca de 10%, desde que aplicada uniformemente a todos os parceiros comerciais dos Estados Unidos.

A advertência adquire particular validade à luz do anúncio da abertura da investigação pela Seção 301. O documento norte-americano de quinze páginas, listando uma variedade imensa de acusações contra o Brasil, chegando até ao desmatamento da Amazônia, abre um novo e grave capítulo nesse tenso relacionamento. A resposta brasileira à mensagem anterior indica claramente os limites que separam os temas inegociáveis – todos os relativos à soberania nacional – dos assuntos de comércio em que o Brasil está pronto a negociar de boa fé e com serenidade.

Bibliografia

AMORIM, Celso. *Multilateralismo não é perfeito, mas é freio*. Nexo Jornal, 26 mar. 2025. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/video/2025/03/26/celso-amorim-multilateralismo-nao-e-perfeito-mas-e-freio>.

AP NEWS. *Trump tariffs goods from Brazil at 50%, citing 'witch hunt' trial against country's former president*. 9 jul. 2025. Disponível em: <https://apnews.com/article/958bafd5f28d600eb0dd55fa8e942f64>. Acesso em: 16 jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Indústria, Comércio e Serviços (MDIC). Comércio Exterior. Disponível em: <http://www.mdic.gov.br/comercio-exterior>.

BRASIL. Presidência da República. Acordo MERCOSUL-EFTA amplia oportunidades de exportação de produtos brasileiros para a Europa. Brasília: Palácio do Planalto, 02 jul. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2025/06/acordo-mercosul-efta-amplia-oportunidades-de-exportacao-de-produtos-brasileiros-para-a-europa>

BRICS. *Rio de Janeiro Declaration: Strengthening Global South Cooperation for a More Inclusive and Sustainable Governance*. Rio de Janeiro, 6 jul. 2025.

CEBRI. *Artigos CEBRI - Análise de Conjuntura Internacional - Como o Brasil deve lidar com Trump?* 10 abr. 2025.

CNN. Celso Lafer: Trump não quer se ver limitado, nem por pessoas nem por normas : ex-ministro das Relações Exteriores analisa o rompimento do presidente americano com a ordem comercial global das últimas décadas após implantação do tarifaço de importações, 07 abr. 2025.

CORTELLESA, Eric. *Trump says Brazil, China, and India are getting rich at the expense of U.S. tariffs*. Time, 2025. Disponível em: <https://time.com/7280106/trump-interview-100-days-2025/>.

G1. Em meio à expectativa sobre 'tarifaço', Mauro Vieira conversa com representante dos EUA para comércio. G1, 7 mar. 2025. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2025/03/07/em-meio-a-expectativa-sobre-tarifaco-mauro-vieira-conversa-com-representante-dos-eua-para-comercio.ghtml>

GOVERNO FEDERAL. *Comércio com EUA agrega valor às exportações brasileiras, diz Secretária*. Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, 10 maio 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/mdic/pt-br/assuntos/noticias/2024/maio/comercio-com-eua-agrega-valor-as-exportacoes-brasileiras-diz-secretaria>.

HAKIM, Peter. *Friends, not Allies: Brazil and the United States*. Inter-American Dialogue.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). Investimento Direto Externo - Dados por País. Disponível em: <https://www.oecd.org/investment/>.

PODER360. Novo encarregado dos EUA vai ao Planalto, que vê sinais positivos. 25 jan. 2025. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/poder-internacional/novo-encarregado-dos-eua-vai-ao-planalto-que-ve-sinais-positivos/>. Acesso em: 9 maio 2025.

REUTERS. *Brazil rejects US request to designate two gangs as terrorist organizations*. The Guardian, 7 maio 2025. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2025/may/07/brazil-gangs-terrorist-designation-pcc-comando-vermelho>. Acesso em: 27 maio 2025.

U.S. CENSUS BUREAU; U.S. BUREAU OF ECONOMIC ANALYSIS. U.S. International Trade in Goods and Services, May 2025. Release Number: CB25-102, BEA 25-28. Washington, D.C., 3 jul. 2025.

VALOR ECONÔMICO, Rubens Ricupero: Tarifa de 50% para o Brasil é “muito grave” e torna comércio inviável, afirma Ricupero. Valor Econômico, Rio de Janeiro, 14 jul. 2025.

Biografias

AUTORES



Ariane Costa

Diretora Adjunta Especialista em Geopolítica e Comércio Internacional do CEBRI. Doutoranda no CPDOC/FGV, com doutorado sanduíche no programa da Latin American Studies da UCSD e no Center for Brazilian Studies da San Diego State University. Mestre em Relações Internacionais pela UERJ, com período de pesquisa na Universidad Torcuato Di Tella, em Buenos Aires. Especialista em Gestão de Negócios Internacionais pelo IBMEC-RJ. Graduada *summa cum laude* em Relações Internacionais pela UFF e em Ciências Sociais pela UFRJ. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa do CNPq sobre Política Externa Brasileira e América do Sul. Membro do Conselho Consultivo do think tank Instituto Rio 21 e autora da plataforma Diálogo Político, sobre temas de relevância na América Latina. Com mais de 10 anos de experiência na área de Relações Internacionais, atuou em universidades, think tanks e fundações estrangeiras.



Rubens Ricupero

Conselheiro Emérito do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI). Vencedor do Prêmio Machado de Assis de 2025, concedido pela Academia Brasileira de Letras (ABL). Serviu como Embaixador nos Estados Unidos (1991-1993), na Itália (1995), nas Nações Unidas em Genebra (1987-1991) e chefiou as delegações brasileiras para o Conselho de Direitos Humanos da ONU e a Conferência da ONU sobre Desarmamento. Foi Secretário-Geral da Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) entre 1995 e 2004. Previamente, foi Ministro do Meio Ambiente e da Amazônia Legal (1993-1994), Ministro da Fazenda (1994) e Assessor Especial do Presidente (1985-1987). Foi Professor de Teoria das Relações Internacionais na Universidade de Brasília e Professor de História de Relações Diplomáticas Brasileiras no Instituto Rio Branco. O Ministro Ricupero recebeu o diploma de bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo. É autor de vários livros sobre relações internacionais, economia, comércio e história. Suas últimas obras são “A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016” e “Memórias”.

COORDENADOR EDITORIAL



Matias Spektor

Senior Fellow do Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI). É professor associado e fundador da Escola de Relações Internacionais da Fundação Getulio Vargas (FGV). É doutor pela Universidade de Oxford e ocupou a Cátedra Rio Branco em King's College London, além de passagens como professor visitante na LSE, Council on Foreign Relations e Woodrow Wilson International Center for Scholars. Matias é autor de *Kissinger e o Brasil* (2009), *Azeredo da Silveira: um depoimento* (2010), *18 dias: quando Lula e FHC se uniram para conquistar o apoio de Bush* (2014) e *The Origins of Nuclear Cooperation: Critical Oral History between Argentina and Brazil* (2015), além de numerosos artigos acadêmicos em publicações nacionais e internacionais.

CEBRI

Centro Brasileiro de Relações Internacionais

Rua Marquês de São Vicente, 336 Gávea
Rio de Janeiro – RJ - Brasil
22451-044

Tel: +55 (21) 2206-4400

cebri@cebri.org.br

www.cebri.org



Konrad-Adenauer-Stiftung e.V. (KAS)

Klingelhöferstraße 23
10785 Berlin
Germany

Tel.: +49 30 26996-0

zentrale@kas.de

www.kas.de